

DISCURSO E GOVERNAMENTALIDADE DO CORPO DAS POPULAÇÕES EM ENUNCIADOS MIDIÁTICOS SOBRE A AIDS EM 1987

Hoster Older SANCHES

Universidade Estadual de Maringá

hosterolder@yahoo.com.br

Pedro Luis Navarro BARBOSA

Universidade Estadual de Maringá

navarro.pl@gmail.com

Resumo: O jornal *Folha de S.Paulo* apresentou, no mês de junho de 1987, uma sequência de discursos políticos voltados ao crescimento da contaminação do vírus HIV em quase todos os países. Pôde-se compreender como o governo dos corpos é enunciado e como esse enunciado é materializado, em notícias e em reportagens. A fundamentação teórica do trabalho está alicerçada nos pressupostos de Michel Foucault, principalmente o que se refere aos estudos sobre enunciado, governo e poder. O Estado deve saber tudo sobre as práticas dessas populações e dos indivíduos, especialmente, as inerentes à sexualidade, que se configuram como objeto, nos termos de Foucault, de um “controle-repressão”. A produção de saberes sobre a aids ocorre em meio ao exercício desse poder governamental e da resistência que a ele é feita. A governamentalidade do corpo do indivíduo e das populações é prioridade do Estado com a realidade da aids; em vista disso, o corpo da população de estrangeiros, de homossexuais e de prisioneiros é mantido sob o olhar clínico e político do Estado e da ciência, a fim de identificá-lo e separá-lo. O Estado, portanto, submete o corpo do portador do vírus HIV a relações de poder/saber e resistência presentes nas tramas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; Aids; Governamentalidade.

1. Considerações Iniciais

A visada discursiva da linguagem demonstra que língua e história fornecem ancoragem discursiva para as relações de poder/saber que se projetam sobre os sujeitos, seu corpo e sua sexualidade. Segundo Michel Foucault (1972), pelo ponto de vista de uma história serial, a análise reúne um conjunto de enunciados cuja condição de existência parte de um acontecimento o qual produziu uma descontinuidade tanto nas relações entre sujeitos quanto nas políticas públicas: a descoberta da aids, no início dos anos 1980.

Esta investigação apresenta resultados parciais de uma pesquisa mais abrangente, que tem como objetivo principal analisar o discurso sobre a aids na década de 1980, no Brasil, em um arquivo composto por textos da mídia impressa.

Para o momento, duas grandes interrogações mobilizam as análises propostas: (a) de que modo o governo do corpo do indivíduo e da população é enunciado em um contexto histórico marcado pelo crescente número de infectados pelo IV?; (b) como esse enunciado se materializa em textos veiculados pelo jornal *Folha de S. Paulo*?

A descrição das formas de governamentalidade do corpo do sujeito com aids é feita a partir de uma série enunciativa selecionada de sete edições do mês de junho de 1987, do referido veículo de comunicação, cujo tema é a aids e as técnicas de governamentalidade praticadas sobre o corpo das diferentes populações. O jornal *Folha de S. Paulo* foi escolhido para compor o *corpus* desta investigação, pelo fato de o diário apresentar acervo digital disponível à pesquisa gratuita na rede mundial de computadores. Ainda com relação ao recorte empírico realizado, o levantamento das matérias produzidas pelo jornal, em 1987, mostrou que no mês de junho o assunto em tela ganhou maior visibilidade, em virtude da quantidade de textos relacionados à doença naquele ano.

A série enunciativa que compõe o *corpus* deste artigo apresenta sete sequências enunciativas, que trazem a temática da aids e apresentam traços do exercício da governamentalidade do sujeito e da população por parte do poder político e também por outros campos, como o religioso.

2. As Condições de Possibilidade

Estar condenado à fatalidade era o que se produzia discursivamente no período supracitado com relação ao indivíduo portador do vírus HIV: “o inexorável rumo para a

fatalidade”, (ROSENTHAL. FOLHA, 1987, p. A13). A gravidade da patologia fez com que os governos políticos de diferentes nações passassem a produzir cada vez mais discursos sobre a contaminação, cujos prognósticos, segundo especialistas da época, chegavam a ameaçar o potencial da mão de obra em algumas regiões do globo terrestre. Tais discursos foram produzidos objetivando alertar a população e disseminar medidas preventivas, muitas vezes descabidas para as práticas do século XXI como, por exemplo, o impedimento de ingressar em um país porque se é portador do HIV. Tais medidas foram adotadas para conter o avanço da contaminação pelo HIV, como se observa nos registros discursivos daquele período.

Um exemplo de medida governamental tomada no ano de 1987 foi a exigência, por exemplo, do teste anti-aids em imigrantes nos Estados Unidos. A aids não ameaçava somente o indivíduo que a contraía, mas a doença passou a ameaçar toda a cadeia produtiva dos Estados, já que o sujeito contaminado tinha sua capacidade produtiva restringida ou, na maioria dos casos, anulada devido à gravidade da síndrome que se espalhava entre as populações. Com tal efeito, a doença passou a não só ameaçar o corpo individual, mas o corpo social, o qual será denominado por Foucault (1988) de “população”.

3. Fundamentação Teórica

3.1 Do exercício do poder: o governo das populações

A fim de conceituar o termo “população”, Michel Foucault remonta ao século XVIII, em que os governos das nações livres passaram a cuidar do corpo formado pela pluralidade dos indivíduos, o qual foi denominado população, pelo autor. A sociedade constitutiva do Estado, segundo ele, é composta por diferentes populações: de trabalhadores, de empresários, de educadores, de médicos, de professores etc. Dessa forma, as informações

acerca dessas populações passaram a ser fundamentais ao governo político dos Estados, ou seja:

Os governos percebem que não têm que lidar simplesmente com sujeitos, nem mesmo com um “povo”, porém com uma “população”, com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência das doenças, forma de alimentação e habitat, (FOUCAULT, 1988, p. 31).

As populações, então, são o foco do governo do Estado. Porém, ao se articular com o pensamento foucaultiano, toma-se por governo um posicionamento conceitual diverso daquele o qual remete a um governo centralizador, exercido a partir de um ponto. Ao contrário, o governo não é exercido somente por um eleito ou por um déspota: o governo é praticado pelos sujeitos em relações sociais, como o governo exercido pelo professor para com o aluno ou o governo do médico sobre o paciente. Segundo Foucault (2012, p. 411), “o governante, as pessoas que governam, a prática de governo são, por um lado, práticas múltiplas, à medida que muita gente pode governar: o pai de família, o superior do convento (...)”. Há, portanto, o governo político exercido sobre as populações e o governo entre sujeitos, nas malhas das relações em sociedade.

Com isso, a população passou a ser o foco do governo dos Estados. Conhecer cada vez mais a população e seus fenômenos passou a ser uma preocupação constante das diferentes nações, fazendo surgir mais informações acerca das características cada vez mais específicas das diferentes populações. As práticas discursivas e não discursivas realizadas por elas serão aferidas e regidas por uma governamentalidade. De acordo com Foucault (2012, p. 426), “a constituição de um saber de governo é absolutamente indissociável da constituição de um saber sobre todos os processos referentes à população em sentido lato, daquilo que chamamos precisamente de ‘economia’”. Portanto, todo saber de governo está associado a um saber de economia sobre a população. Cotejando tais saberes, eles formarão os pilares do

saber das técnicas de governo das populações. Os dados da economia da população tornaram-se objeto das técnicas de governo.

3.2 Visada discursiva: acontecimento, série e enunciado

Para a elaboração do *corpus* desta investigação, procurou-se realizar um recorte, no discurso sobre a aids, que tomasse como ponto de partida não a origem desse discurso, mas sim um dos momentos em que, sobre o tema, passou-se a produzir cada vez mais discursos, os quais apresentam determinados objetos, que persistem em diferentes discursos, repetem-se em diferentes formações discursivas, como a política, a jurídica, a médica e a pedagógica. Todos eles voltados para os corpos do indivíduo e da população, ameaçada pelo vírus HIV.

Conforme anunciado anteriormente, considera-se a descoberta da aids como um acontecimento de ordem social, econômica e política, por corolário, os discursos que trabalharam, à época, e continuam trabalhando esse acontecimento também devem ser assim concebidos. Isso coloca, de saída, um problema de ordem metodológica à pesquisa, que é o de estabelecer as correlações entre os enunciados-acontecimento e as regularidades que os mantêm sob uma mesma “regra de formação” discursiva (FOUCAULT, 1972).

De acordo com Foucault,

Um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra (...) porque é o único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem, (FOUCAULT, 1972, p.34).

Para esse autor, a história nova problematiza o espírito de causalidade, ao privilegiar as séries, os recortes, os limites, os desníveis, os deslocamentos. Sua tarefa, portanto, é:

determinar que forma de relação pode ser legitimamente descrita entre essas diferentes séries, que sistema vertical elas são suscetíveis de formar, qual é, de umas para outras, o jogo das correlações e das dominâncias; de que efeito podem ser os deslocamentos, as temporalidades diferentes, as diversas permanências; em que conjuntos distintos certos elementos podem figurar simultaneamente (FOUCAULT, 1972, p.18).

Foucault rejeita o continuísmo presente na história tradicional, por considerá-lo um refúgio do antropocentrismo, um correlato indispensável ao sujeito, considerado originário de todo o devir e senhor consciente de sua história. Nessa história contínua “o tempo é aí concebido em termos de totalização e as revoluções jamais passam aí de tomadas de consciência” (FOUCAULT, 1972, p.21). A tarefa desse tipo de história resume-se, desse modo, a construir uma história global, explicativa e dotada de sentido, capaz de restituir a continuidade complexa do devir histórico.

A finalidade do filósofo, entretanto, é outra. Trata-se de perseguir algo como uma história geral, constituída de múltiplos centros de estruturação e de dispersão, de uma pluralidade de sentidos. Desse modo, contra a concepção de história que se desenvolve em uma continuidade linear e simples, Foucault, fundamentado em Bachelard, Canguilhem e Nietzsche, apresenta uma genealogia cujo motor é a descontinuidade.

Nas análises que Foucault empreende sobre as condições de emergência dos saberes e dos objetos por eles instituídos a noção de descontinuidade figura como um conceito operatório com o qual o autor faz surgir aos olhos dos historiadores do seu tempo uma história capaz de colocar em ação um “estruturalismo historicizado”, por não estar fechada em torno de um centro, mas, sim, definida como espaço de uma dispersão.

Como bem salienta Dosse, para Foucault importa

[...] abrir as estruturas para descontinuidades temporais, para as mudanças que regulam os deslocamentos num jogo incessante das práticas discursivas. A desconstrução da disciplina histórica [...] passa pela renúncia à busca de

continuidades e às tentativas de síntese entre os elementos heterogêneos da realidade (DOSSE, 2001, p. 214-15).

O relativismo histórico que emerge das análises sobre as condições de possibilidade e de emergência dos saberes leva à conclusão de que não há verdade para ser buscada nas diversas etapas constitutivas do saber, mas sim discursos historicamente detectáveis, que constroem verdades e possibilitam o exercício do poder.

O método do qual se falava antes consiste em interpretar os documentos existentes e reformulá-los para, então, definir um domínio imenso, que comporta o conjunto de todos os enunciados efetivamente falados ou escritos em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria a cada um.

Dessa forma, o *corpus* é constituído por uma série recortada entre tantas outras séries cuja característica e temática possam ainda persistir, não sendo uma série estanque, fechada, embora seja inerente a um acontecimento marcado, mas sem extensão de seus efeitos e de suas relações com outros enunciados.

Outra questão de método que se coloca, quando se realiza uma pesquisa de caráter discursivo, nos termos expostos aqui, diz respeito à elaboração da série que comporá o objeto de investigação:

o problema é constituir séries: definir para cada uma seus elementos, fixar-lhes os limites, descobrir o tipo de relações que lhe é específico, formular-lhes a lei e, além disso, descrever as relações entre as diferentes séries, para constituir, assim, série de séries, ou “quadros”: daí a multiplicação dos estratos, seu desligamento, a especificidade do tempo e das cronologias que lhes são próprias (...) daí a possibilidade de fazer com que apareçam séries com limites amplos, constituídas de acontecimentos raros ou de acontecimentos repetitivos, (FOUCAULT, 1972, p. 9).

A série, portanto, corresponde ao *corpus* elaborado, a partir de um questionamento que determina e direciona a análise empreendida. Tendo em vista a finalidade deste artigo, esse questionamento se divide em dois: (a) de que modo o governo do corpo do indivíduo e da população é enunciado em um contexto histórico marcado pelo crescente

número de infectados pelo HIV?; (b) como esse enunciado se materializa em textos veiculados pelo jornal *Folha de S. Paulo*?

No acervo do referido jornal, disponível no endereço eletrônico <http://acervo.folha.com.br/fsp>, o ano de 1987 é marcado por uma intensa produção de discursos sobre a aids, materializada em matérias jornalísticas ou em notícias diárias sobre o assunto. Tal fato impeliu à realização de um recorte temporal, que foi norteado pelo estabelecimento de uma série enunciativa destacada do quadro discursivo relativo ao discurso sobre a aids. Para tanto, foi necessário observar alguns importantes pontos da série, tais como os expostos na citação anterior.

Os enunciados que compõem a série formulada mantêm certa regularidade quanto a determinados objetos, uma permanência que acaba por estabelecer uma relação entre esses enunciados. Certos pontos de intersecção entre os enunciados da série podem ser identificados: a governamentalidade praticada sobre o corpo da população; os movimentos articulatórios do poder político que se ocupada da vida, do biológico da população, configurando-se, assim, em uma biopolítica. Todas essas técnicas de poder encontram-se, na série, voltadas à realidade ameaçada pela aids.

Uma das ferramentas fundamentais a esta investigação é o enunciado, sendo assim, faz-se necessário fundamentar esse conceito. Entende-se que o enunciado é um acontecimento de ordem discursiva, seja essa ordem manifestada materialmente por meio da expressão verbal oral ou escrita. Por se tratar de um acontecimento, Foucault afirma que o enunciado é um acontecimento cuja origem estaria sempre em uma relação mais profunda e secreta, impossibilitando, ao analista ou ao autor de uma obra, por exemplo, determinar o ponto inicial, a origem de determinado dito, de determinado enunciado.

É instaurada, em uma perspectiva discursiva, uma rede em que se encontra o enunciado cujas fronteiras se estendem aos enunciados possíveis a um determinado momento, ou seja, o que se poderia dizer em determinado momento e em determinadas localidades; enunciados que estão no verdadeiro da época, enfim, considerar a positividade dos enunciados.

Os enunciados da série mantêm relações com outros enunciados ditos e não ditos sobre a aids naquele período e nos que se seguiriam. Séries enunciativas que, muitas vezes, advêm de domínios distintos, mas que, na materialidade do discurso jornalístico, dialogam e se limitam. Pensando com Foucault, o enunciado é “uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço”, (FOUCAULT, 2012, p. 105).

Destarte, os enunciados são de ordem técnica, provenientes do campo da medicina (da infectologia e virologia, especificamente), e da ordem político-partidária; eles se entrecruzam no emaranhado das possíveis enunciações sobre o HIV, em vista disso, assumem a característica de função que atravessa as estruturas dessas ciências, formando um conjunto, já que os enunciados do recorte aqui operado gravitam em torno de um mesmo referencial discursivo, qual seja, o indivíduo com comportamento considerado de alto risco de infecção pela aids, como os homossexuais, usuários de drogas injetáveis, indivíduos que mantiveram ou mantêm relações sexuais com diversos parceiros e os imigrantes.

Essa condição de produção do discurso possibilitou que um vasto conjunto de enunciados constituísse um “arquivo”, nos termos de Foucault (1972), que passou a reger o modo de se falar da doença, de identificar, de classificar, de separar e de aprisionar os corpos doentes ou suspeitos de, a fim de conter a pandemia do vírus, cujas previsões eram desastrosas, principalmente, para os países africanos.

Medidas judiciais exigindo o teste de detecção do vírus HIV passaram a ser impetradas em diversos países. Os enunciados multiplicam-se: (1) “EUA tornam obrigatório teste anti-Aids para imigrantes”, (Folha, 04/06/1987, p. A18); (2) “No Carandiru, confinamento de aidéticos provoca rebelião”, (Folha, 06/06/1987, p. A11); (3) “Paciente é discriminado pela sociedade e pelos médicos”, (Folha, 03/06/1987, p. A 13); (4) “URSS adota a medida para estudantes estrangeiros”, (Folha, 10/06/1987, p. A15); ou ainda, (05) Aceitar uma pessoa independentemente de sua preferência sexual – e que sabidamente tem ou teve múltiplos relacionamentos sexuais com parceiros variados – é uma proposta no mínimo incômoda para o nosso tipo de sociedade, (Folha, 03/06/1987, p. A13).

As análises feitas até o momento sinalizam que o discurso sobre a aids apresenta a relação comum que reúne os enunciados constitutivos de uma mesma formação discursiva, já que o conjunto de objetos persiste em diferentes discursos, como, por exemplo, o indivíduo estrangeiro, o paciente portador do vírus da aids e o comportamento sexual das pessoas. Anuindo às palavras de Foucault (1972, p. 42), é preciso

caracterizar e individualizar a coexistência desses enunciados dispersos e heterogêneos; o sistema que rege sua repartição, como se apoiam uns nos outros, a maneira pela qual se supõem ou se excluem, a transformação que sofrem, o jogo de seu revezamento, de sua posição e da sua substituição.

Entretanto, seguindo os passos de Foucault, a unidade dessa produção discursiva não está no seu reagrupamento em torno de tais objetos, não se encontra também na forma e no tipo de encadeamento dos enunciados ou no sistema dos conceitos permanentes e coerentes, muito menos na identidade e persistência de temas. Contudo, é possível encontrar nessa dispersão uma regularidade, que se verifica no acontecimento a que os enunciados se reportam e na posição que o sujeito ocupa no texto como jornalista-observador da “realidade”.

4. Análise do *Corpus*

Como o foco desta investigação recai sobre a governamentalidade exercida sobre a população envolta com a temática da aids, é importante destacar a tríplice composição da governamentalidade. Foucault (2012, p. 429) define o conceito de governamentalidade a partir de três considerações sobre o termo:

- 1) O conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança.
- 2) A tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes.
- 3) O resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado.

Atentando para as medidas instauradas pelos governos dos Estados, o recorte efetuado no material midiático obedeceu ao seguinte critério: os enunciados constituintes da série apresentam práticas voltadas à governamentalidade da população, o governo dos corpos doentes ou com suspeitas de.

A governamentalidade dessa população manifesta-se nas relações de poder instauradas na sociedade, sendo que, como visto, a governamentalidade está diluída nas relações sociais cotidianas da população. Ainda sobre o exercício desse tipo de poder, Foucault (2010, p. 225) acrescenta que se trata de “um campo estratégico de relações de poder, no sentido mais amplo do termo, e não meramente político, entendida, pois, como um campo estratégico de relações de poder no que elas têm de móvel, transformável, reversível”.

4.1 Discurso sobre a Aids: o corpo da população carcerária

Com a ameaça da aids, medidas governamentais passaram a ser adotadas de forma a controlar a infecção da doença, como se pode constatar no excerto abaixo:

(1): “*No Carandiru, confinamento de aidéticos provoca rebelião*”. “A situação exige uma adaptação e uma reformulação de **valores**. Implicações de **ordem moral** decorrem da característica toda peculiar da infecção, que resulta, em grande parcela dos casos, a **promiscuidade sexual**. ‘Quanto maior o número de parceiros, maior o risco de se entrar em contato com o vírus’”, (ROSENTHAL, Caio. Folha,03/06/1987, p. A13).

Nesse trecho, é notável a preocupação daqueles que se encontravam em regime de restrição de liberdade. A liberdade de relacionamento entre os presos se mostra motivo de preocupação dos governantes do presídio Carandiru, localizado na zona Norte da capital paulista. O presídio, hoje desativado, era constituído por alas masculinas e por alas femininas.

Devido ao grande número de detentos, a manifestação do vírus HIV no presídio exigiu medidas daqueles que o dirigiam. Como observado no enunciado sob investigação, os corpos devem ser separados e mantidos em confinamento. Tal medida é atribuída ao caráter promíscuo creditado à contaminação, ou seja, os enclausurados portadores do vírus devem ser punidos pela prática sexual, considerada difusa, que mantinham na sociedade. Os detentos portadores do vírus HIV, mesmo segregados da sociedade por meio do confinamento em presídio, mantêm contato com outros detentos que não são portadores, oferecendo possíveis riscos à população carcerária. Com isso, a preocupação estava em interditar as práticas daqueles que já se encontravam segregados. Encontram-se os efeitos de uma biopolítica que se vale de biopoderes exercidos a fim de controlar o corpo dessa população carcerária.

Ao sujeito que enuncia, é-lhe permitido o acesso ao discurso que, por sua vez, avalia a aids a partir determinadas características de caráter imoral da contaminação. Dessa

forma, destaca-se aqui a seleção de certos léxicos presentes no enunciado, são eles: valores, ordem moral e promiscuidade.

Com essa condição de produção do discurso do sujeito, o enunciado formulado por este encontra-se investido de ordem moral diversa da que se acredita que o portador da aids pratica. A ordem moral praticada pelos sujeitos na sociedade, a partir do enunciado em questão, apresenta valores distintos daqueles sujeitos que se expunham às condições de contaminação. A possibilidade histórica do discurso permite ao sujeito da enunciação propor a reformulação dos valores na sociedade, fato esse que aponta para um possível desvio dos valores praticados por aqueles que contraíram a aids. Os valores morais são, pois, objeto da prática discursiva da governamentalidade, a qual se ocupada mais das práticas morais dos sujeitos do que o combate da doença no organismo humano.

Nessa primeira sequência, destaca-se o emprego dos léxicos “valores”, “ordem moral” e “promiscuidade” como valores atrelados à prática de poder exercida pela governamentalidade. O sujeito autorizado a falar sobre a doença questiona exclusivamente as práticas não discursivas entre sujeitos que se davam a certas práticas sexuais tidas livres. Logo, a prática sexual mostra-se como alvo do exercício do governo sobre o outro, distanciando-se de indagações científicas que poderiam ser levadas a laboratórios capazes de desenvolver pesquisas a fim de tratar os contaminados pelo HIV. A governamentalidade, por meio da biopolítica, investe-se de biopoder para regular as condutas dos sujeitos em suas práticas sociais. Fernandes (2012, p.52) recorre aos preceitos foucaultianos para confirmar que “o poder organiza-se em torno da vida; há, portanto, uma biopolítica investida de biopoderes”.

(2): *EUA já começam a aplicar teste anti-Aids em presos.* “O ministro da Justiça dos EUA, Edwin Meese, anunciou ontem um plano para iniciar a aplicação de testes obrigatórios anti-Aids em imigrantes e prisioneiros federais (...) A maior novidade do discurso de Meese foi

considerar 'imprópria' a concessão de liberdade condicional a prisioneiros que, embora tenham demonstrado bom comportamento, portem o vírus da Aids", (FOLHA, 10/06/1987).

A sequência (2), relativa à população carcerária, retoma as relações de poder. No trecho "(...) considerar 'imprópria' a concessão de liberdade condicional a prisioneiros que, embora tenham mostrado bom comportamento, portem o vírus da Aids", nota-se o jogo das relações de poder. Tal relação possibilita afirmar que a biopolítica suplanta outra forma de poder que é o poder jurídico, pois, se o sujeito condenado a pagar pena em regime fechado, na prisão, apresentar bom comportamento, tem direito, garantido pela Constituição norte-americana, à progressão da pena, ou seja, ter a pena reduzida conforme suas condutas dentro da instituição penal. De acordo com Foucault (1997, p. 89), compreende-se como

a maneira pela qual se tentou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas propostos à prática governamental, pelos fenômenos próprios a um conjunto de seres vivos constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, raça...

Dessa forma, a biopolítica, exercendo um biopoder sobre os corpos, ocupa-se não só da população carcerária como também de cada um dos corpos que constitui essa população. Há a necessidade de se manter tais corpos contaminados presos, separados, controlados, já que constituem uma ameaça à sociedade livre, a encontrada fora dos muros do presídio e a qual é tida como saudável.

As condições externas de produção discursiva operam sobre os discursos de forma a levar o ministro da Justiça norte-americano a considerar a liberdade condicional dos prisioneiros com o vírus HIV inadequada, embora ele, entre outras atribuições inerentes ao cargo, deve zelar pela justiça naquela sociedade. Portanto, libertar, mesmo que condicionalmente, o sujeito portador da aids é considerado uma afronta à justiça. Tenta-se prender a doença atrás das grades, como já se fez com o louco, a partir do século XVIII.

4.2 Do Discurso sobre a Aids: a população estrangeira

O exercício desse tipo de governo sobre o corpo contaminado da população carcerária expõe, portanto, seu funcionamento discursivo, que se apresenta na forma de processos de segregação. A separação e a rejeição são analisadas por Foucault (1995) como dois elementos de um mesmo princípio, o da exclusão. Numa comparação livre, pode-se aproximar a oposição entre corpo saudável e corpo contaminado com aquela feita por esse autor, entre a razão e a loucura. Desde a Idade Média,

louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade, nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato, ou um contrato... É curioso constatar que durante séculos na Europa a palavra do louco não era ouvida, ou então, se era ouvida, era escutada como uma palavra de verdade (FOUCAULT, 1995, p. 10-11).

A palavra do louco ou era rejeitada, tão logo pronunciada, ou se creditava a ela uma razão ingênua, mística, astuciosa ou superior. De uma forma ou de outra, pesava a exclusão, seja por meio da rejeição ou da separação. Ainda buscando respaldo no texto de *A ordem do discurso*, conclui-se que tanto a medicina preventiva quanto a biopolítica inventam o aidético, transformando-o em objeto de saber, por corolário, conceitos como os de “peste gay”, por exemplo, são produzidos pelas práticas discursivas de determinada época, no caso, a década de 1980, como em: “o motorista de táxi José Antônio da Graça, 44, diz que ‘se eu pegar essa peste gay, ninguém vai acreditar que foi no dentista, vai?’”, (Folha de S. Paulo, 04/08/1985, p. 33). Tendo em conta a relação poder-saber, o exercício da governamentalidade tem a capacidade de produzir o real, ou seja, o que é visível (o corpo do sujeito contaminado pelo vírus) e o que é dizível (os enunciados que falam sobre esse sujeito).

As populações carcerárias brasileiras e norteamericanas passam a ser objeto do poder político exercido sobre os corpos dos indivíduos e da população, tendo como foco a vida da população, ou seja, há um governo do aspecto biológico, o chamado biopoder. A população de estrangeiros também não escapa a esse biopoder. A seguir, destacam-se

sequências enunciativas nas quais o objeto do biopoder é a população estrangeira, o sujeito que vem de fora da sociedade em questão; o estranho ao corpo da população que o recebe.

(3): *URSS adota a medida para estudantes estrangeiros*. “Os estudantes estrangeiros e os interessados em estudar na União Soviética estão tendo que se submeter a teste anti-Aids”, (FOLHA, 10/06/1987, A 15).

(4): *EUA tornam obrigatório teste anti-Aids para imigrantes*. “O Senado dos Estados Unidos aprovou por unanimidade (96 votos) uma lei exigindo que os imigrantes sejam submetidos a teste para verificação de Aids. Caso o teste resulte positivo, o imigrante terá vetada sua entrada no país ou, se for o caso, poderá ser expulso”, (FOLHA, 4/06/1987, A18).

Na terceira sequência, o enunciado é atravessado pelo campo discursivo acadêmico. A URSS exige o teste antiaids de acadêmicos ou não que desejam estudar no país. Essa decisão, que parte do poder político, busca no biopoder alternativas para o controle da doença. Dessa forma, o discurso sobre a aids desloca-se do foco anterior, o qual é constituído por grupos de homossexuais, usuários de drogas injetáveis e os sujeitos em regime de prisão, para o grupo de sujeitos que vêm de fora da sociedade em questão.

Está presente a busca de se governar os corpos estranhos à sociedade dos Estados. Destarte, o poder atua sobre os sujeitos a fim de lhes conhecer a conduta de cada um. Entende-se por conduta o “o ato de ‘conduzir’ os outros e a maneira de se comportar num campo mais aberto de possibilidade” (FOUCAULT, 2012, p. 57). O enunciado dá visibilidade à busca de se governar aqueles que se encontram em um campo maior de possibilidade, tal campo de possibilidade pode ser visto como as diferentes culturas e populações de onde os estudantes estrangeiros provêm. Visa-se, pois, não só governar o corpo da população desse Estado, mas também aquilo que o transcende e o perpassa. O corpo apresenta-se como objeto daquilo que se deve conhecer e governar.

A quarta sequência enunciativa enfatiza tanto o controle que incide sobre a vida da população quanto o exercício dispendioso ao qual o Estado se dispõe. Conforme enunciado nesse recorte, o ordem discursiva, advinda do acontecimento “descoberta do vírus

da aids”, impõe-se sobre essa população, discriminando os sujeitos contaminados pelo vírus dos que não estão. O funcionamento dessa ordem pesa como lei que separa e segrega os corpos, por meio de medidas biopolíticas, as quais resultam em uma relação de biopoder. Portanto, os Estados procuram gerir o corpo de sua população, ao identificar e separar os corpos contaminados de populações consideradas estrangeiras.

(5): *Teste obrigatório é criticado por hispânico*. “A obrigatoriedade de testes anti-Aids em imigrantes, prisioneiros federais e viciados em drogas intravenosas sob tratamento aprovada terça-feira pelo Senado dos Estados Unidos, que ainda depende da aprovação da Câmara dos deputados, está provocando críticas por parte de organizações de hispânicos, de aidéticos e de organizações de defesa civil dos EUA”, (ARBEX, Caio. Folha, 05/06/1987, A. 11).

(6): *Nos Estados Unidos, só mandados judiciais podem garantir a obrigatoriedade do teste*. “Religiosos de várias estirpes também prejudicam o combate à Aids. Parece uma mínima precaução que se faça uma campanha pública pelo uso de preservativos no ato sexual. Está provado que o sexo anal é a grande fonte de Aids. Mas a Igreja Católica e outras menores se opõem veementemente à divulgação pública em televisões (...) Os religiosos querem que as pessoas deixem de fazer sexo fora do matrimônio e que não seja para a procriação”, (FOLHA, 2/06/1987, A. 13).

4.3 Governamentalidade e outros campos de saber

As sequências (5) e (6) apresentam a temática da aids vista de campos discursivos diferentes. O governo da população apresenta um discurso atravessado por diferentes poderes, portanto, por diferentes saberes. Materializam-se os saberes médico, religioso e político, vinculado ao poder que se exerce nesse contexto histórico.

Se toda forma de poder implica uma resistência, as relações de poder estabelecidas no discurso deixam transparecer certa resistência dos sujeitos submetidos ao controle às ações do poder político, reflexo de que:

Nas relações humanas, quaisquer que sejam, o poder está sempre presente; há relações de poder em todas as relações entre sujeitos. O poder, nessa acepção, é focalizado em micro instâncias, é um exercício do cotidiano e consiste em formas de luta contra a sujeição, contra as formas de

subjetivação e submissão. Logo, o poder implica e/ou requer a resistência, (FERNANDES, 2012, p. 56).

No enunciado (5), o poder político encontra resistência de certas populações no território norteamericano. Essas populações, por sua vez, correspondem ao foco das medidas propostas pelo governo político. O poder exercido pelo Estado encontra resistência no discurso advindo dessas populações (estrangeira, hispânica, carcerária e de usuário de drogas injetáveis) ao não aceitarem a submissão ao teste proposto pelo Estado para detecção do vírus da aids. O corpo dessas populações apresenta-se, pois, como objetivo da governamentalidade.

Na sequência (6), o poder político do Estado esbarra no campo discursivo religioso, o qual proíbe métodos anticoncepcionais, ou seja, proíbe o uso de preservativo, método mais eficaz de combate à transmissão do vírus pela prática sexual. Esse campo encontra resistência no científico, também presente no enunciado, pois é esse poder, investido de conhecimento, que contrapõe o discurso religioso. Além disso, a prática do sexo livre é reprimida pelo poder político, o qual se vale de uma biopolítica reguladora das práticas do cuidado de si. O desejo do corpo pelo próprio corpo deve ser controlado a fim de se evitar práticas sexuais de alto risco de contaminação, como a prática do sexo anal, aludindo, principalmente, às práticas da sexualidade homossexual.

(7): *Nova York tem plano contra a doença.* “(...) Em Nova York e Londres, emissoras de rádio e TV censuraram pela primeira vez uma música por causa da Aids. A música, intitulada ‘I want your sex’, faz parte da trilha sonora do filme ‘Beverly Hills Cop 2’, e foi censurada pela ‘BBC’ de Londres e por rádios nova-iorquinas sob a alegação de que seu conteúdo defende explicitamente a prática sexual livre”, (FOLHA, 04/06/1987. A. 18).

Além das regulações impostas pelo Estado, das interdições do discurso religioso, o discurso sobre a sexualidade dos sujeitos encontra resistência nas relações de mercado. Fernandes (2012, p. 59), retoma Foucault para ratificar que corpo e sujeito devem ser entendidos como conceitos distintos: “o sujeito passa a ser considerado como uma função, ou como uma posição a ser ocupada nos discursos”.

Ao interditar a música “I want your sex”, as emissoras radiofônicas e televisivas londrinas, propagadoras de discursos de diferentes campos do saber, censuram a expressão da liberdade sexual devido a ameaça da aids. A doença passa a produzir interdições não somente nas práticas do sujeito consigo mesmo, com seu corpo. O saber sobre essa doença passa, também, a observar e a interditar determinados comportamentos culturais das diversas populações afetadas pelas interdições.

Considerações Finais

Ao analisar a série elaborada neste texto, o exercício da governamentalidade sobre populações específicas fica evidente. Embora a aids seja uma ameaça à vida de qualquer ser humano, o exercício do governo restringe sua atuação sobre o corpo de determinadas populações.

O biopoder, exercido, principalmente, pela biopolítica, ocupou-se dos corpos inseridos em comunidades de maior ocorrência dos casos de aids. Busca-se o governo das populações estrangeiras, pois o corpo estranho à comunidade que o recebe mostra-se como uma potencial ameaça, portanto, o corpo dessa população deve passar por exames que atestem sua saúde. Caso contrário, se o corpo estrangeiro apresenta contaminação pelo HIV, ele é interdito e impedido de ingressar, nesse caso, em território norteamericano.

O controle sobre os corpos mostrou-se acentuado quando a questão foi o corpo da população das prisões. O corpo do sujeito é enclausurado e impedido de ganhar a liberdade, mesmo que o poder judicial o tivesse libertado. A segregação do corpo tem efeitos na constituição do indivíduo em sujeito, pois essa violência interfere nos processos de subjetivação: o aidético é submetido, nas relações de poder, a medidas biopolíticas mais austeras.

REFERÊNCIAS

DOSSE, F. **A história à prova do tempo**: da história em migalhas ao resgate do sentido. Trad. Ivone C. Beneditti. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. Editora Intermeios. São Paulo, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 8ª edição. Editora: Forense Universitária. Rio de Janeiro, 1972.

_____. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução: Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 21ª reimpressão. Editora Graal. Rio de Janeiro, 1988.

_____. **A ordem do discurso**. Trad. Adalberto de O. Souza. Série Apontamentos nº 29. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 1995.

_____. **A hermenêutica do sujeito**. 3ª edição. Tradução: Márcio Alves da Fonseca. Editora WMF Martins Fontes. São Paulo, 2010.

_____. **Microfísica do poder**. 25ª edição. Editora Graal. São Paulo, 2012.

<http://acervo.folha.com.br/fsp>